

Reflexões sobre meio ambiente e desenvolvimento rural

Sérgio Sauer
Andréa Leme da Silva
Laura Maria Goulart Duarte
(organizadores)

EDITORA



UnB



Pesquisa,
Inovação
& Ousadia



Universidade de Brasília

Reitora
Vice-Reitor

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora
Conselho editorial

Germana Henriques Pereira
Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lidia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Sely Maria de Souza Costa
Verônica Moreira Amado



Reflexões sobre meio ambiente e desenvolvimento rural

Sérgio Sauer
Andréa Leme da Silva
Laura Maria Goulart Duarte
(organizadores)



Coordenação de produção editorial
Editora de publicações
Preparação e revisão
Projeto gráfico
Diagramação

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão
Marília Carolina de Moraes Florindo
Jeane A. Pedrozo
Wladimir de Andrade Oliveira
Haroldo Brito

© 2020 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília

SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte
desta publicação poderá ser armazenada ou
reproduzida por qualquer meio sem a autorização
por escrito da Editora.

Esta obra foi publicada com recursos provenientes do
Edital DPI/DPG nº 3/2019.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

R322 Reflexões sobre meio ambiente e desenvolvimento rural / Sérgio
 Sauer, Andréa Leme da Silva, Laura Maria Goulart Duarte
 (orgанизadores). – Brasília : Editora Universidade de Brasília,
 2021.
 388 p. ; 23 cm. – (Pesquisa, inovação & ousadia).

 Inclui bibliografia.
 ISBN 978-65-5846-023-7

1. Meio ambiente. 2. Desenvolvimento rural. 3. Mulheres do
campo. 4. Educação do campo. I. Sauer, Sérgio (org.). II. Silva,
Andréa Leme da (org.). III. Duarte, Laura Maria Goulart (org.).
IV. Série.

CDU 502.3

Sumário

Apresentação 11

Parte 1

Desenvolvimento rural e sociobiodiversidade

Capítulo 1

Conflitos por terra e território provocados pelas eletroestratégias nas bacias dos rios Ivaí e Piquiri – PR 21

Ralph de Medeiros Albuquerque

Sérgio Sauer

1.1 Introdução **22**

1.2 Empreendimento e geração de energia elétrica no Paraná **23**

1.3 Eletroestratégias: a agroestratégia do setor elétrico **26**

1.4 Conflitos e sujeitos nas bacias dos rios Ivaí e Piquiri **30**

1.5 À guisa de conclusão **44**

Referências **45**

Capítulo 2

Fronteira agrícola e natureza: povos e comunidades tradicionais e áreas protegidas no Cerrado 53

Karla Rosane Aguiar Oliveira

Sérgio Sauer

2.1 Modernização conservadora da agricultura e expansão da fronteira agrícola: o papel das agroestratégias **56**

2.2 As ameaças do avanço da fronteira agrícola sobre territórios tradicionais e áreas protegidas do Cerrado **60**

2.3 Estratégias de enfrentamento de Povos e Comunidades Tradicionais frente aos novos desafios à conservação **67**

2.4 Considerações finais **73**

Referências **74**

Capítulo 3

Produtos do agroextrativismo do Cerrado e mercados da sociobiodiversidade 79

Jessica Pereira Garcia
Janaína Deane de Abreu Sá Diniz
Stéphane Guéneau
Marcelo Souza Alves

3.1 Introdução **80**

3.2 A contribuição da Nova Sociologia Econômica ao entendimento da construção social dos mercados da sociobiodiversidade **84**

3.3 Tipologia dos mercados de produtos da sociobiodiversidade **88**

3.4 Considerações finais **100**

Referências **102**

Parte 2

Políticas públicas e desenvolvimento rural sustentável

Capítulo 4

Integração e sinergia de políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: uma análise da política territorial e do Programa de Aquisição de Alimentos 111

Alberto Abadia dos Santos Neto
Mário Lúcio de Ávila

4.1 Introdução **112**

4.2 Ambiente das Políticas Públicas no Brasil **114**

4.3 Entraves para a sinergia e integração de Políticas Públicas com foco na agricultura familiar no Brasil **117**

4.4 Breves considerações sobre o Pronat, PTC e PAA **120**

4.5 Percepções sobre integrações e sinergias entre o PRONAT, PTC e PAA **124**

4.6 Considerações finais **131**

Referências **133**

Capítulo 5

Núcleos de estudos em agroecologia voltados à pesca artesanal e à aquicultura familiar: uma estratégia do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (2013-2015) 137

Ericka Carneiro Leão de Oliveira

Mário Lúcio de Ávila

5.1 Introdução **138**

5.2 A política de agroecologia no Brasil na Pnapo **142**

5.3 A pesca artesanal e a aquicultura familiar e a inserção no Planapo **144**

5.4 Núcleos de estudos como instrumentos da Pnapo **145**

5.5 Resultados **149**

5.6 Considerações finais **156**

Referências **158**

Capítulo 6

Remineralização dos solos para ampliar a produção da palma forrageira na região semiárida 163

Fernanda de Paula Medeiros

Suzi Maria de Córdova Huff Theodoro

6.1 Introdução **164**

6.2 Caracterização da área de pesquisa e do remineralizador **167**

6.3 Metodologia **169**

6.4 Resultados e discussão **171**

6.5 Fertilidade do solo **176**

6.6 Análise do tecido vegetal **183**

6.7 Considerações finais **185**

Referências **187**

Parte 3

Políticas de gênero: protagonismo das mulheres no campo

Capítulo 7

Mulheres rurais: diálogos entre economia feminista e autonomia crítica 195

Analine Almeida Specht

Newton Gomes Narciso Junior

7.1 Introdução **196**

7.2 Mulheres rurais: uma leitura desde a economia feminista **197**

7.3 Autonomia crítica **207**

7.4 Considerações finais **214**

Referências **215**

Capítulo 8

O lugar da Reunião Especializada da Agricultura Familiar (Reaf) nas políticas para mulheres rurais no Paraguai e Uruguai: ideias e paradigmas de políticas de gênero 219

Caroline Buosi Molina

Moisés Villamil Balestro

8.1 Introdução **220**

8.2 Elementos para uma análise institucional das políticas públicas **222**

8.3 A agenda das políticas públicas para as mulheres rurais e o Mercosul **231**

8.4 Considerações finais **244**

Referências **246**

Capítulo 9

Contribuições do Pronaf Mulher e do PAA no cotidiano das mulheres rurais de Aracruz – ES 249

Marcia Zumak

Laura Maria Goulart Duarte

9.1 Introdução **250**

9.2 Metodologia **252**

9.3 Gênero como um campo de estudos **253**

9.4 O Pronaf Mulher e o PAA no cotidiano das mulheres rurais de Aracruz **261**

9.5 Considerações finais **269**

Referências **271**

Capítulo 10

A Marcha das Margaridas e as políticas públicas de agroecologia no Brasil 275

Sarah Luiza de Souza Moreira

Suzi Maria de Córdova Huff Theodoro

10.1 Introdução **276**

10.2 Metodologia **279**

10.3 Abordagem teórica **284**

10.4 Resultados e discussão **289**

10.5 Considerações finais **295**

Referências **298**

Parte 4

Juventude rural e educação do campo: um sopro de esperança para um futuro sustentável

Capítulo 11

Concepções não hegemônicas de desenvolvimento no contexto da educação de jovens e adultos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária 305

Joice Marielle da Costa Moreira

Sérgio Sauer

11.1 Introdução **306**

11.2 Histórico e construção do desenvolvimento hegemônico **307**

11.3 Concepções alternativas: as origens de um real desenvolvimento **310**

11.4 As concepções de desenvolvimento dos sujeitos do Projeto Tecicampo **318**

11.5 Contribuições do Pronera e do Tecicampo para o desenvolvimento **327**

11.6 Considerações finais **331**

Referências **332**

Capítulo 12

A educação do campo no Distrito Federal 335

Cleide Maria de Souza

Marcelo Ximenes Aguiar Bizerril

12.1 Introdução **336**

12.2 Concepções de educação rural e educação do campo **337**

12.3 Método **341**

12.4 As escolas no meio rural do Distrito Federal **342**

12.5 Considerações finais **358**

Referências **359**

Capítulo 13

A permanência das jovens no meio rural do Maranhão, do Piauí e de Alagoas 363

Luciana Porto

Mônica Celeida Rabelo Nogueira

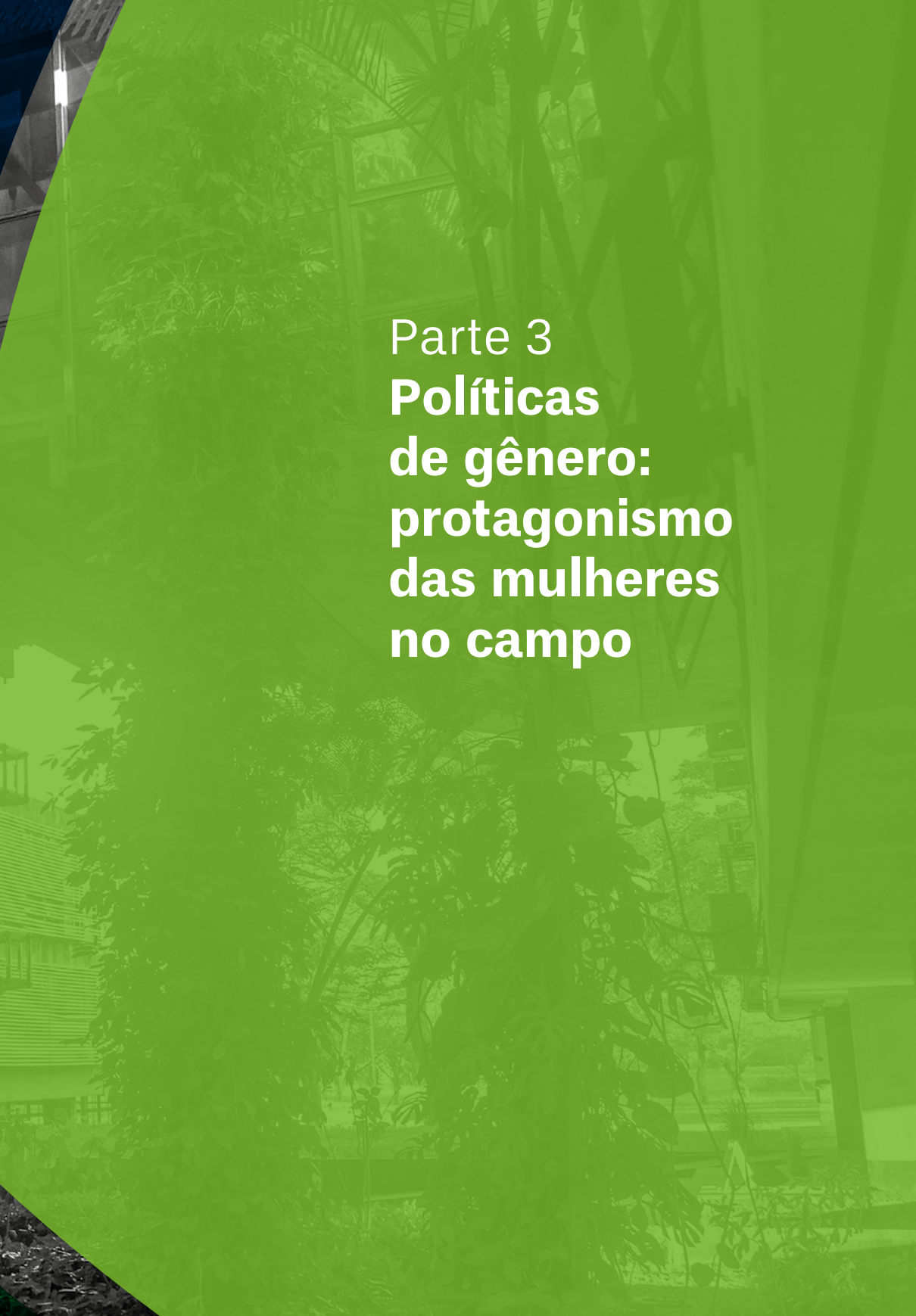
13.1 Introdução **364**

13.2 Metodologia adotada **367**

13.3 Análise dos dados e discussão **370**

13.4 Considerações finais **378**

Referências **380**



Parte 3
**Políticas
de gênero:
protagonismo
das mulheres
no campo**





7

Capítulo 7

Mulheres rurais: diálogos entre economia feminista e autonomia crítica

Analine Almeida Specht¹

Newton Gomes Narciso Junior²

¹ Cientista Social pela UFGRS, mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pelo PPG-Mader. Título da dissertação: Autonomia Crítica das mulheres rurais: a casa pode cair, elas querem voar (*e-mail*: analine.ana@gmail.com).

² Economista, doutor pela UnB, pós-doutorado pela Unicamp, professor do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) e em Política Social da UnB. Linhas de pesquisa: políticas públicas segurança alimentar e nutricional, sistemas de abastecimento alimentar, questão agrária e desenvolvimento rural, necessidades humanas básicas e cidadania (*e-mail*: swnewtongomes@gmail.com).

7.1 Introdução

Na dinâmica da economia rural, a participação das mulheres é invisibilizada pela lógica orientada pelo *familismo*,³ presente na designação de campesinato ou agricultura familiar e que privilegia a figura masculina como chefe de família e representante dos interesses do conjunto da unidade familiar. Diferentemente das áreas urbanas, na unidade rural de produção familiar, há um compartilhamento do local de trabalho e de moradia, o que torna mais complexa a identificação da separação entre trabalho produtivo e reprodutivo realizado por homens e mulheres.

Distintos agentes públicos e privados atuam na arena que circunscreve a dinâmica da economia rural. A economia capitalista atua para manter as assimetrias de gênero e, assim, garantir as condições de sua reprodução social, mantendo as necessidades de sustentabilidade da vida humana realizadas pelas mulheres fora do domínio econômico (público) monetário (FARIA, 2009; CARRASCO, 2006; MORENO, 2013). O sistema capitalista e o patriarcado⁴ operam ao longo dos séculos para controlar as estratégias de promoção da autonomia empreendidas pelas mulheres, tensionando as arenas de trabalho produtivo e reprodutivo em desfavor delas (FARIA, 2009).

Frente a esta estrutura social, que conforma as unidades produtivas da agricultura familiar e camponesa, as mulheres rurais em suas organizações e movimentos sociais reivindicam a construção da autonomia como forma de transformar as relações sociais. Esta agenda está presente nas pautas e mobilizações das mulheres rurais, como a Marcha das Margaridas e da Via Campesina, destacadamente.

³ “O termo familismo faz referência à construção ideológica da família, é o conceito social e ideológico que se tem do grupo familiar. O familismo é a idealização da família nuclear como modelo socialmente desejável que choca e se contrapõe com a realidade que vivem as pessoas em seu cotidiano” (LEÓN, 2006, p. 46).

⁴ Forma de organização social que se baseia na autoridade paterna. No núcleo familiar, predomina a autoridade do pai de família sobre os demais membros do grupo; na sociedade, este sistema social, ideológico e político, se amplia e cristaliza no poder de decisão e na autoridade dos homens relegando as mulheres à submissão.

A centralidade na autonomia das mulheres que se expressa na agenda e mobilização dos movimentos e das organizações das trabalhadoras rurais é fortemente inspirada pela economia feminista. A partir desta compreensão teórica, é possível identificar os princípios da divisão sexual do trabalho como estruturantes das relações assimétricas entre homens e mulheres. A economia feminista também propõe metodologias e indicadores para visibilizar e valorizar o trabalho das mulheres, além de uma agenda teórica e prática de mudança das relações sociais.

O objetivo deste capítulo é estabelecer articulações teóricas entre a economia feminista e a concepção de autonomia crítica de Len Doyal e Ian Gough (1991, 1994) como uma necessidade humana básica a ser satisfeita para o exercício da cidadania plena. Tal articulação teórica é parte da pesquisa de dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Faculdade de Planaltina da Universidade de Brasília. Para esta empreitada, foi realizada revisão bibliográfica sobre economia feminista, autonomia e autonomia crítica.

7.2 Mulheres rurais: uma leitura desde a economia feminista

A designação *mulheres rurais* guarda relação com uma afirmação política, construída por elas próprias desde a década de 1980 na conformação de unidade em torno de agendas e composição de alianças. Como sujeitos políticos, as mulheres rurais de diferentes movimentos sociais mistos agregaram lutas e estratégias para se constituírem como movimento autônomo em um período em que “não havia qualquer reflexão sobre as relações de gênero e nem sobre o feminismo” no campo político rural do Brasil (BUTTO, 2017, p. 150).

A condição das mulheres rurais na hierarquia familiar foi evidenciada por Maria Ignêz Paulilo (1987), ao mostrar que as noções de trabalho *leve* e *pesado* são categorias que variam de acordo com o sexo de quem trabalha e as condições de exploração da terra. Para a autora, essa situação está ligada à valorização social do homem na estrutura

social e não encontra relação apenas com a organização da família rural (PAULILO, 1987).

Essa expressão particular da divisão sexual do trabalho na agricultura familiar e camponesa caracteriza o trabalho das mulheres como *ajuda* ao trabalho produtivo realizado pelos homens, que são considerados os principais protagonistas da produção, os *chefes de família* (PAULILO, 1987). A invisibilidade, a baixa remuneração e a ausência desta resultam da desvalorização das atividades produtivas e reprodutivas das mulheres e determina o não reconhecimento delas como agricultoras familiares ou trabalhadoras rurais.

A migração de famílias do campo para a cidade, especialmente a partir dos anos 1970 devido à escassez de terra e trabalho, fez com que a proporção de mulheres nas áreas rurais, especialmente as jovens, diminuísse entre os anos 1960 e 1990 (ABRAMOVAY, 1999). Segundo Hildete Pereira de Melo e Alberto Di Sabbato (2009, p. 43), a “queda da ocupação feminina é um dos motivos da masculinização do mundo rural”, já que as jovens, especialmente, buscaram estratégias de sobrevivência nas cidades. Já nos anos 2000, registrou-se a manutenção do percentual de mulheres no campo, o que, segundo esses autores, pode ser, em parte, resultado de um efeito estatístico e, em parte, devido a mudanças nas políticas públicas.

Melo e Di Sabbato (2009) mostram ainda que as mulheres rurais estão majoritariamente ocupadas nas atividades de autoconsumo, 46,6% segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2006, e representam a maior parcela de população ocupada sem remuneração, 33,7%. A apropriação de renda das mulheres rurais é baixa em relação à dos homens. As atividades econômicas, quando realizadas por elas, auferem menores rendimentos e, quando passam a apresentar maiores ganhos monetários, são masculinizadas (MELO; DI SABBATTO, 2009).

De acordo com o Censo 2010,⁵ 34,1% das mulheres com dezesseis ou mais anos de idade nas áreas rurais não têm rendimentos. Dentre

⁵ Para mais informações, ver Estatísticas de Gênero: uma análise do Censo Demográfico 2010, do IBGE.

aquelas que obtêm renda, 50,5% têm rendimento mensal, considerando todas as fontes, de até um salário mínimo. O rendimento médio mensal das mulheres rurais é de R\$ 480,00, equivalendo a 63,5% do rendimento médio dos homens, que é de R\$ 755,00.

Embora as mulheres rurais atuem fortemente nas atividades produtivas, especialmente nos quintais produtivos, hortas, criação de aves e pequenos animais, entre outras que variam conforme a região do país, a sua participação econômica não se traduz em participação na gestão econômica da família e, tampouco, nos espaços de comercialização (NOBRE, 2005). A presença das mulheres nas atividades agrícolas e não agrícolas é constituída por diferentes espaços e estratégias de atuação, desde a relação com os recursos naturais e o ambiente, passando pela sustentabilidade da vida, até as esferas de comercialização.

Essa caracterização derivada da divisão sexual do trabalho é comum ao conjunto das mulheres rurais, apresentando-se com algumas variações decorrentes do uso da terra, da identidade e da ocupação territorial, entre outras. As desigualdades de gênero e suas expressões no universo rural foram objeto de lutas e reflexões tanto nos movimentos sociais de mulheres e feministas como na academia. Na década de 1980, com o processo político de redemocratização vivenciado no Brasil, as mulheres passaram a participar mais ativamente nos movimentos e nos sindicatos rurais, apresentando uma agenda focada no reconhecimento dos seus direitos.

A ampliação da mobilização das mulheres tem expressão na Constituição de 1988, com a inclusão do artigo 189, que garante a elas o direito à terra e o seu reconhecimento como trabalhadoras rurais, assegurando-lhes direitos previdenciários e de seguridade social, conforme o artigo 202. Iniciativas de igualdade de gênero nas políticas de desenvolvimento rural tiveram início de “maneira muito limitada” a partir dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e por força da primeira edição da Marcha das Margaridas em 2001 (BUTTO, 2011, p. 16).

A partir de 2003, sob o primeiro mandato do então presidente da República Lula, foi elaborada “uma política pública integral de promoção da igualdade de gênero [...] espaços de diálogo com a sociedade

civil [...] direitos econômicos e políticos das trabalhadoras rurais” (BUTTO, 2011, p. 16). O Governo Federal implementou um conjunto de iniciativas voltadas à inclusão das mulheres na dinâmica da economia rural, executado pela Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais (DPMR), no âmbito da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ambos extintos em 2016, em articulação com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, também extinta em 2016.

A DPMR se constituía como organismo responsável pela transversalidade de gênero no âmbito do MDA e do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Os objetivos da atuação da DPMR eram: articular e elaborar ações transversais que levem em conta os direitos econômicos das mulheres rurais; implementar ações, elaborar, promover e avaliar a execução de programas e projetos de igualdade de gênero no âmbito do MDA; contribuir para a formulação de políticas de promoção de igualdade de gênero, observando as relações étnico-raciais e geracionais; e articular ações interinstitucionais necessárias para implementação de políticas públicas para as mulheres rurais.

As políticas para as mulheres rurais desenvolvidas a partir da criação das novas institucionalidades passaram ser integradas aos principais programas do MDA, como o II Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, o Programa Brasil Quilombola e o Programa Nacional e Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater) (BUTTO, 2011).

Além disso, foram desenvolvidos programas e ações finalísticas executados pela própria DPMR em parceria com outros órgãos e ministérios. A estratégia de atuação da DPMR, construída e dialogada com o conjunto dos movimentos sociais e organizações de mulheres rurais, foi pautada pela garantia de direitos econômicos e de cidadania delas com foco na promoção da autonomia das trabalhadoras rurais. Segundo Andrea Butto (2017, p. 33), “as políticas de promoção da autonomia e da igualdade das mulheres rurais implementadas” contribuíram para a melhoria das condições de vida das trabalhadoras rurais pela “evolução

da renda” e pela “diminuição do trabalho não remunerado nesse segmento”. De outro lado, a autora destaca que os avanços promovidos pelas políticas públicas não se traduziram em “uma transformação mais ampla da condição das mulheres no país” (BUTTO, 2017, p. 33).

7.2.1 Expressões do feminismo rural para a autonomia crítica, uma compreensão materialista das relações sociais

As concepções críticas sobre o pensamento econômico tradicional cresceram desde o final do século XX, com os estudos nas áreas da sociologia econômica e da economia feminista, entre outras (ZELIZER, 2008). A crítica central reside na falsa ideia de conceber a economia moderna com uma autonomia tamanha capaz de se distanciar da sociedade e das relações sociais. O pretense universalismo do *homos economicus*, cuja ação é, exclusivamente, racional e voltada ao capital, mascara as imbricações das relações econômicas com a esfera social.

Estes dois campos de estudos situam as relações sociais como estruturantes da lógica da economia moderna e, com isso, alargam o conceito historicamente restrito a relações mediadas exclusivamente pelas esferas monetária e financeira. As relações e os contextos sociais são recolocados como constitutivos da economia moderna e, consequentemente, dotam as ações humanas de sentido a partir das diferentes estratégias de inserção no mercado.

Neste capítulo, buscaram-se subsídios no campo de estudos da economia feminista, que recoloca a base material como constituinte das relações sociais de gênero, ou de sexo, evidenciando o trabalho doméstico e de cuidados realizado pelas mulheres como central à sustentabilidade da vida humana e como condição de manutenção do sistema capitalista, reflexão negligenciada pela economia neoclássica (CARRASCO, 2006; KERGOAT; HIRATA, 2007).

O conceito de divisão sexual do trabalho requer a articulação teórica com o conceito de gênero como categoria de análise, compreendido como constituidor das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, como forma primeira de significação das

relações de poder (SCOTT, 1989). A categoria gênero é constituída por dimensões culturais, normativas e políticas, segundo Joan Scott, sendo que, neste estudo, será considerada, especialmente, a dimensão política por destacar a organização social como estruturante das relações sociais de gênero.

O conceito de gênero na abordagem da economia feminista é utilizado como categoria de análise, elemento constitutivo das relações sociais percebidas por meio das diferenças entre homens e mulheres e uma forma primeira de significar as relações de poder. A construção social do ser homem e do ser mulher na sociedade se dá em cada momento histórico e ocorre em todas as esferas da sociedade, quais sejam: econômica, política, social e cultural (SCOTT, 1989).

O termo gênero, portanto, não é sinônimo de mulheres. Ao contrário, é uma categoria que relaciona as construções sociais que, por sua vez, sustentam a desigualdade entre os sexos. O termo é controverso e até contraditório, como evidencia Maria do Carmo Delgado (2007, p. 46), que afirma, acerca do conceito de gênero, que “a interpretação mais comum tem levado, a meu ver, com frequência, a que a utilização desse conceito conduza à invisibilidade ou à diluição do sujeito político mulher”.

O conceito de gênero oferece à análise da economia feminista a identificação de papéis socialmente construídos, informados pela divisão sexual do trabalho o estabelecimento de trabalhos e domínios designados para homens e mulheres. O trabalho produtivo localizado na esfera pública é atribuído aos homens. Já o trabalho reprodutivo realizado na esfera produtiva configura uma atividade das mulheres.

Para as economistas feministas, o trabalho doméstico e de cuidados realizado pelas mulheres garante as condições de reprodução social, sustentando o sistema capitalista moderno, já que não é remunerado, valorizado e é invisível (CARRASCO, 2006). Dessa crítica teórica advém o conceito de sustentabilidade da vida humana como essencial à reprodução da sociedade e, portanto, pertencente ao universo da economia por meio do reconhecimento e da valorização da *economia do care* (CARRASCO, 2006; ZELIZER, 2008). Associada a esta ideia, a economia feminista traz a noção de autonomia econômica das mulheres,

tanto pela valorização do trabalho reprodutivo realizado por elas como por sua inserção nas esferas produtivas da economia.

7.2.2 *Autonomia e o feminismo*

A condição das mulheres rurais pode ser lida pela economia feminista, pois se expressa pela forte divisão sexual do trabalho e pela unidade entre os espaços de produção e reprodução, pressuposto sustentado por este campo de estudos e que embasa a proposta de alargamento do conceito de economia. Essa leitura em que a economia transcende as relações mediadas pelos campos monetário e financeiro também leva a uma noção de autonomia econômica para além da apropriação de renda, mas compreendendo outras dimensões que a compõem (BEZERRA, 2013).

A reivindicação por autonomia das mulheres tem origem nas ideias iluministas que subsidiaram a Revolução Francesa, pautada como agenda social e política e sustentada pela afirmação dos direitos iguais naturais, centrada na cidadania (PARDINA, 1995). A desigualdade entre homens e mulheres já não era considerada como natural, mas inserida em relações e processos sociais, creditada à educação⁶ que elas recebiam.

As primeiras inspirações feministas dentro do Iluminismo, encabeçada por Olympe De Gouges,⁷ reivindicavam que a “igualdade entre os sexos era o primeiro passo para a autonomia” das mulheres, ideia esta que as levou a publicar a *Declaração dos direitos das mulheres e da cidadania*, em contraponto à *Declaração dos direitos dos homens*, já denunciando a falsa universalidade (PARDINA, 1995, p. 154). As ideias iluministas de autonomia das mulheres carregavam um dilema para as feministas, já que propunham a igualdade e a emancipação de um lado, mas reafirmavam o determinismo biológico de outro.

⁶ A educação tinha grande peso para o Iluminismo por fazer os seres humanos mais livres.

⁷ Olympe de Gouges foi a autora da *Declaração dos direitos das mulheres e da cidadania* em 1791. Em 1793, foi guilhotinada na Praça da Concórdia em Paris. A declaração está disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/911/10852>.

Com o movimento sufragista inglês e norte-americano, a perspectiva da autonomia passa a contemplar “direitos correspondentes” à reivindicação por direitos iguais formais, como direitos no matrimônio, ao trabalho, à educação, acesso a cargos públicos e salário igualitário (PARDINA, 1995, p. 163). A inspiração das sufragistas no início do século XX teve cunho liberal, desde Stuart Mill⁸ e Harriet Mill.⁹ A ideia de autonomia liberal era centrada na garantia de direitos iguais formais para as mulheres individualmente conquistarem condição de igualdade. Estas ideias do feminismo liberal foram retomadas no pós-Segunda Guerra Mundial com um debate pautado na igualdade formal de oportunidades, na qual as mulheres devem, individualmente, criar estratégias de autonomia, mantendo a sobrecarga de trabalho produtivo e reprodutivo.

A partir do século XX, a opressão das mulheres ganhou espaço nos debates marxistas, especialmente com Engels,¹⁰ que atribuiu a dominação masculina ao surgimento da propriedade privada dos meios de produção e da família monogâmica (TRAT, 2014) e, com Alexandra Kolontai,¹¹ que trouxe o tema da socialização do trabalho doméstico e de cuidados como uma das expressões da subordinação das mulheres na sociedade de classe. As socialistas colocaram na agenda a função social da reprodução que as mulheres desempenham e pautaram o Estado para garantir condições de exercício da autonomia para elas, por meio da oferta de serviços de socialização do trabalho doméstico e de cuidados.

Na esteira das socialistas, a reivindicação por autonomia passou a ganhar contornos coletivos a partir do debate de classe, como em Simone de Beauvoir (2009), para quem as possibilidades de autonomia individual dependem da situação econômica e social. A dimensão de sexo passou a ser compreendida como uma categoria social e política, pois as relações

⁸ John Stuart Mill, em 1866, quando eleito para a Câmara dos Comuns no parlamento inglês, apresentou petição pelo direito ao voto feminino. Compreendia que o trabalho digno para as mulheres era o cuidado com a casa.

⁹ Harriet Taylor Mill, filósofa inglesa, reivindicava, além do direito ao voto e da participação política para as mulheres, o direito ao trabalho e ao salário para as mulheres casadas.

¹⁰ Para ver mais, consultar a obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*.

¹¹ Líder revolucionária russa, integrante do Partido Bolchevique e teórica marxista.

entre os sexos são relações de poder balizadas por uma ordem natural que conformou uma espécie de “colonização interior” mais resistente que qualquer tipo de segregação de classe (PARDINA, 1995, p. 178).

Para Teresa Pardina (1995), a autonomia das mulheres sofre com limitações impostas pelo patriarcado, que afastam as mulheres das áreas de tecnologia, da produção e da gestão. Quando as mulheres intervêm na produção, elas não a controlam e são afastadas de todo o processo que engendra a cadeia. “Se saber é poder, o patriarcado faz com que a mulher não esteja presente, ou então [esteja] muito residualmente nos círculos de poder” (PARDINA, 1995, p. 175, tradução nossa).¹²

A noção de autonomia reivindicada pelas correntes teóricas do feminismo se expressa em distintas dimensões a partir das suas diferentes influências e inspirações. Para este estudo, situaremos a investigação em torno da construção da autonomia, buscando articular a dimensão individual com a perspectiva de igualdade entre homens e mulheres inserida nas relações econômicas, sendo esta compreendida em sua noção alargada (MORENO, 2013).

Complementar a esta perspectiva de autonomia advinda dos movimentos e das correntes teóricas do feminismo, a autonomia crítica de Len Doyal e Ian Gough (1994), compreendida a partir do *querer para ser*, remete às aspirações construídas nas atividades concretas ou imaginárias das pessoas. A concepção de necessidades humanas decorre de duas vertentes: uma diz respeito aos requerimentos imediatos para afastar uma situação de risco e outra que se desenvolve no campo das vontades e dos desejos, não comportando uma hierarquia entre estas (GOMES JUNIOR, 2015).

Doyal e Gough (1991) assinalam que o conceito de necessidades humanas por eles elaborado constitui uma crítica ao liberalismo, pelo caráter individualista e privado das necessidades, e ao marxismo ortodoxo, que atribui as necessidades às construções do mercado e do Estado. Embora Marx admitisse a existência de necessidades humanas

¹² No original “Si saber es poder, el patriarcado busca evitar que las mujeres estén presentes o que residan en círculos de poder”.

objetivas, ele considerava que estas eram reificadas socialmente pelas condições existentes em dado momento por força da mercantilização ou da atuação do Estado, “Marx entendia que as relações sociais do capitalismo seriam constituídas exclusivamente para levar a uma verdadeira explosão na produtividade humana e na expectativa material, gerando um sistema de necessidades constantemente lucrativo” (DOYAL; GOUGH, 1991, p. 13, tradução nossa).¹³

Deste ponto, a prioridade de atuação das forças socialistas deveria ser a mudança das bases econômicas e a consequente construção de necessidades reais, livres da incidência da superestrutura. Doyal e Gough consideram que esta perspectiva das *socialist politics* é centrada numa conquista futura, pós-capitalista, impossibilitando a qualificação das reais necessidades no contexto atual, apontando para um “futuro vazio de conteúdo substantivo”¹⁴ (DOYAL; GOUGH, 1991, p. 28, tradução nossa). Os autores, em perspectiva dialética, consideram que a ideia de um progresso revolucionário futuro comporta uma leitura das carências que não são realizadas no presente. Neste cenário, o conceito de necessidades humanas básicas ganha centralidade ao especificar precisamente as deficiências e como elas podem ser superadas na prática. Assim, “Marxistas devem compreender que a existência de necessidades humanas são as mesmas agora como serão no futuro – em todos os lugares e para todos” (DOYAL; GOUGH, 1991, p. 28, tradução nossa).¹⁵

Esta leitura crítica do marxismo apresentada por Doyal e Gough (1991) tem como pano de fundo a tensão entre o relativismo histórico e o universalismo, presente nos escritos do próprio Marx e de autores filiados a esta corrente de pensamento. Em que pese tal crítica, os autores constroem o conceito de necessidades humanas básicas universalista, mesmo considerando que não existem sujeitos de necessidades,

¹³ No original “Marx thought that the social relations of capitalism are uniquely constituted to lead to a veritable explosion in a human productivity and material expectation, bringing in their train a constantly enriched system of needs”.

¹⁴ No original “for a future empty of substantive content”.

¹⁵ No original “Marxists must be committed to the existence of human needs which are the same now as they will be in the future – everywhere and for everyone”.

mas relações entre indivíduos que interagem para suprir necessidades comuns e se tornam sujeitos (PEREIRA, 2006).

Doyal e Gough (1991) não consideram as relações sociais de gênero, embora este termo esteja presente na análise dos autores mais em perspectiva distorcida como sinônimo de mulheres do que como categoria de análise relacional entre os sexos, conforme Joan Scott. A teoria de Doyal e Gough (1991, 1994) contempla as mulheres como uma condição de especificidade, na qual é enfatizado o papel social reprodutivo delas pela maternidade. Autores, que seguem uma perspectiva materialista e dialética para suas análises e construção teórica, não consideram as relações sociais de gênero como um potencial limitante estrutural para a construção da autonomia, tanto a de agência como a crítica. Apenas relacionam as possibilidades de autonomia com a esfera da reprodução biológica como um papel exclusivo das mulheres. Parecem incorrer na mesma lógica das correntes marxistas universalistas, na qual o indivíduo revolucionário é representado por um homem branco.

7.3 Autonomia crítica

Doyal e Gough (1991; 1994) compreendem o ser humano como ser social, fundamentalmente, e não apenas como seres da natureza. Esta compreensão de autonomia como capacidade crítica de sociabilidade tem raízes numa leitura da sociedade estrutural, em perspectiva histórica e social. Por ser uma concepção que compreende as relações sociais como estruturantes da sociedade, e por contemplar a interação da noção de autonomia entre o individual e o coletivo, esta perspectiva é próxima, teoricamente, daquela que é sustentada pela economia feminista.

A autonomia como necessidade humana diz respeito à ideia de que sem autonomia “nenhum homem ou mulher poderá participar e fazer escolhas genuínas e informadas” (PEREIRA, 2006, p. 7). A autonomia, nessa concepção, comporta uma transmutação do significado de necessidade, dado que as condições estão em permanente movimento de acordo com o sistema de valorações e inseridas nas relações sociais (DOYAL; GOUGH, 1991). Logo, esta noção de autonomia reconhece

as necessidades universais e particulares, ou a interação entre individual e coletivo, como forças que são mutuamente afetadas conforme o contexto social (PEREIRA, 2006).

A autonomia individual relaciona-se com a iniciativa pessoal para uma determinada ação fundamentada em escolhas, referentes “à sua capacidade de formular objetivos e estratégias consistentes que acreditam ser de seu interesse, bem como de suas tentativas de colocá-los em prática nas atividades em que se engajam”¹⁶ (DOYAL; GOUGH, 1991, p. 59-60, tradução nossa). De acordo com a teoria de Doyal e Gough (1991), a autonomia individual depende de três chaves efetivas: o grau de conhecimento que uma pessoa tem sobre si mesma, capacidades psicológicas de formular opiniões sobre si mesmas e oportunidades objetivas que permitem a ação.

O autoconhecimento é construído pela interação social, pelas trocas de conhecimento sobre as linguagens e práticas nas mais variadas culturas, o que pode conduzir a diferentes graus de autonomia e de capacidade de negociação. As capacidades psicológicas (emocional e cognitiva) dizem respeito à saúde mental como um importante componente racional para a autonomia.

Os autores exemplificam a relação entre saúde mental e o nível de autonomia com a depressão quando acomete pessoas em situação de desemprego, o que causa desalento, desmotivação e implica diretamente na capacidade individual de autonomia. Outro exemplo é o transtorno de ansiedade ilustrado pelos autores a partir da realidade da maioria de mulheres que são sobrecarregadas pelos trabalhos produtivo (remunerado) e reprodutivo (doméstico e de cuidados), o que implica em constante gestão de tarefas e impossibilita, na maioria das vezes, períodos de descanso ou de lazer.

As oportunidades objetivas são relacionadas às atividades significativas que as pessoas exercem ou querem exercer por meio de sua

¹⁶ No original “As we have seen, individuals express their autonomy with reference to their capacity to formulate consistent aims and strategies which they believe to be in their interests and their attempts to put them into practice in the activities in which they engage”.

autonomia de escolha em um grau mais profundo e informado. Não se trata de fazer escolhas possibilitadas pela liberdade de agência ou de ação, apenas, mas de oportunidades de participação em diferentes espaços ou instâncias sociais em acordo com as regras sociais ou contra estas. As oportunidades objetivas podem levar a escolhas informadas, para além da interpretação das regras culturais e sociais, mas tomadas a partir de um senso profundo que os autores chamam de autonomia crítica.

Doyal e Gough (1991) compreendem a autonomia em duas dimensões: a autonomia da ação (ou de agência), relacionada à ação livre de constrangimentos, e a autonomia crítica, que corresponde às capacidades de avaliação das pessoas a respeito da mudança de regras e práticas (PEREIRA, 2006). Segundo essa teoria, existem quatro pré-condições sociais comuns a todos os tipos de sociedade ou de culturas, que devem ser satisfeitas para garantir a sobrevivência e a prosperidade, quais sejam: a produção — relacionada à produção material (casa, comida), a base econômica; a reprodução — que diz respeito à reprodução biológica e à socialização dos cuidados das crianças; a transmissão cultural — referente à capacidade de apropriação das regras e costumes culturais, tanto pela educação formal como a informal, transmitida pelas relações sociais; e a autoridade — relacionada ao exercício de um sistema de poder capaz de assegurar que as regras que sustentam a sobrevivência e a satisfação das necessidades humanas sejam compartilhadas e seguidas.

As pré-condições sociais apresentadas dizem respeito à interação existente entre a ação individual e a coletividade, dando sentido às possibilidades de escolha.

Atores são socializados de acordo com as seguintes regras: expressões de objetivos e crenças, mantidos e aplicados coletivamente. Vão do obviamente público [...] àquelas que parecem essencialmente privadas. Tais regras constituem os parâmetros do nosso senso próprio e dos outros — nossa visão individual do que (formalmente) é e não é possível em termos privados e públicos. Assim, a autonomia necessária para uma ação bem-sucedida não é comprometida pela necessidade de seguir regras. Ao contrário, são precisamente

as restrições normativas de nosso ambiente social que tornam a escolha específica a ser feita, e não uma possibilidade real (DOYAL; GOUGH, 1991, p. 77, tradução nossa).¹⁷

Para Doyal e Gough (1991), a autonomia necessária para uma ação exitosa não significa a exigência de seguir regras socialmente estabelecidas, mas, em sentido dialético, são as restrições normativas sociais que permitem uma determinada escolha. A compreensão dos autores sobre as mulheres é restrita a uma percepção essencialista, por sua capacidade reprodutiva, a maternidade — já que a sobrevivência das culturas depende, em algum grau mínimo, da satisfação das necessidades básicas pré e pós-natal. Embora os autores esbocem uma crítica ao excessivo peso dado por Engels em sua análise matrilinear pré-capitalista, os elementos estruturais da hierarquia de gênero informados pela divisão sexual do trabalho não figuram no arco de suas problematizações.

Esta ausência fica mais flagrante na discussão feita pelos autores sobre a otimização da satisfação das necessidades humanas, em que abordam as disputas presentes nas diferentes estratégias que podem ser empreendidas para tal otimização. Doyal e Gough (1991, 1994) discutem as divergências fundamentais que incidem sobre as escolhas na prática, mas desconsideram as relações de gênero como lócus de disputa para a satisfação das necessidades de homens e mulheres, que não são homogêneas.

A hierarquia de gênero, construída socialmente ao longo da história da humanidade, conferiu privilégios masculinos para a satisfação

¹⁷ No original “Actors are socialised into following rules – expressions of collectively held and enforced aims and beliefs. These will range from the obviously public [...] to those which seem essentially private. Such rules constitute the parameters of our sense of self and of others – our individual vision of what (formally) is and is not privately and public possible. Thus, the autonomy necessary for successful action is not compromised by the necessity to follow rules – quite the opposite. It is precisely the normative constraints of our social environment, which make the specific choice to do rather than y a real possibility”.

de suas necessidades básicas físicas e de autonomia, tanto a de agência como a crítica. As necessidades básicas físicas masculinas são sanadas pelo trabalho doméstico e de cuidados (reprodutivo) realizado pelas mulheres, que garantem condições de reprodução da força de trabalho e de reprodução social das famílias. A autonomia de agência como liberdade de ação pode ser considerada um privilégio histórico masculino, que conferiu aos homens a participação na esfera pública, na racionalidade e na cultura. Às mulheres, ao contrário, coube a limitação da esfera privada, da natureza a ser dominada, portanto, com restrição do exercício da autonomia de agência.

A divisão sexual do trabalho informa os privilégios masculinos no exercício das escolhas, que são compreendidas compulsoriamente como escolhas benéficas para o conjunto da família, por exemplo, como tratado na primeira parte deste capítulo. Se as condições de escolhas privilegiam um sexo em detrimento de outro, pode-se considerar a existência de uma disputa permanente pelas condições de otimização da satisfação das necessidades individuais motivada pela assimetria de gênero. A perspectiva de satisfação das necessidades humanas básicas requer considerar a existência de uma desigualdade estrutural entre homens e mulheres como uma dimensão limitante para a otimização das estratégias e que representa uma potencial divergência fundamental para a autonomia.

A divisão sexual do trabalho, conforme Hirata e Kergoat (2007), oferece uma compreensão crítica para a teoria da autonomia como uma necessidade humana básica de Doyal e Gough (1991, 1994). Em todas as dimensões das pré-condições sociais produção, reprodução, cultura e autoridade política, cabem a aplicação dos princípios de hierarquia (atividades masculinas mais valoradas socialmente que as das mulheres) e separação (esfera pública de domínio masculino e esfera privada de domínio feminino).

Tal concepção é capaz de explicar a negação da participação das mulheres na esfera pública — compreendida na produção e na autoridade política; a invisibilidade e a desvalorização do trabalho doméstico e de cuidados — relativa à esfera reprodutiva da vida; e finalmente

esta separação entre os domínios público e privado construída e difundida socialmente, que compreende as mulheres como agentes sociais localizados fora da transmissão cultural (ou racionalidade) e restritas a expressão da natureza (essencialismo biológico).

Doyal e Gough (1991) sugerem indicadores de autonomia numa perspectiva universal, classificando-os em grupos conforme a possibilidade de captação e comparação de dados universais. A classificação dos autores corresponde a: *i*) razoavelmente confiável — pela disponibilidade dos dados universalmente; *ii*) ideia de operacionalização — dados disponíveis em cinco países; e *iii*) sugestão especulativa — indicadores não aplicados em perspectiva de larga escala. Os indicadores propostos pelos autores dialogam com as três variáveis-chaves da autonomia individual — autoconhecimento ou compressão de si mesmo (*understanding*), capacidades cognitivas ou saúde mental (*mental health*) e oportunidades (*opportunities*). Dentre os indicadores propostos por Doyal e Gough (1991), aqueles referentes à alfabetização e ao uso do tempo — dirigido ao trabalho doméstico e de cuidados — das mulheres e dos demais membros da família, mostram-se pertinentes à realidade das trabalhadoras rurais.

Entretanto, alguns indicadores propostos pelos teóricos da autonomia crítica assumem um caráter universalista e amplo, não comportado na realidade das mulheres rurais. Assim, parece pertinente uma adequação mínima entre a proposta de caráter universal e a realidade das mulheres rurais, pela articulação metodológica, entre a concepção de autonomia de Doyal e Gough (1991, 1994) e àquela proposta pelas correntes feministas que dialoga com a “situação das mulheres [...] compreendida a partir das próprias mulheres, de suas potencialidades, de sua riqueza, e não somente daquilo que falta para se igualarem aos homens” (TEIXEIRA, 2012, p. 13).

Nesta perspectiva, indicadores de autonomia crítica para mulheres rurais podem ser integrados por dimensões apontadas nas metodologias feministas que buscam identificar a incidência dos princípios da divisão sexual. Tais dimensões são referentes à identificação dos trabalhos realizados pelas mulheres rurais — produtivo e reprodutivo; a

participação delas na produção e na comercialização, contemplando a inserção em mercados ou circuitos de comerciais. Essa dimensão aponta para a visibilização das atividades em que as mulheres rurais estão inseridas e podem ser relacionadas com as condições efetivas de sua participação política e social. A participação das mulheres na produção e na comercialização da produção agrícola guarda estrita relação com a criação de condições de autonomia crítica, visto que se relaciona com a possibilidade de percepção de renda, indicador fundamental para autonomia.

O uso do tempo livre figura como indicador de autonomia crítica, entretanto desprovido de uma intencionalidade de evidenciar a divisão sexual do trabalho. Assim, o tempo dedicado ao trabalho doméstico em casa e por sexo indica a sobrecarga de trabalho sobre as mulheres rurais, além de possibilitar a relação com outros indicadores propostos por Doyal e Gough (1991, 1994), como eventuais prejuízos à saúde física e mental.

Além destes, identificar as condições materiais de sobrevivência das mulheres rurais como regime de propriedade do local de moradia (terra), acesso à água e bens comuns e mobilidade mostram-se necessários dada a característica da dinâmica rural. As condições históricas de ocupação do território brasileiro conformaram uma situação de desigualdade no acesso à terra e aos bens comuns, sendo comum que as famílias da agricultura familiar e camponesa enfrentem restrições severas de sobrevivência e vida digna. Tais restrições de ordem material e concreta incidem diretamente sobre as condições de reprodução social de mulheres e de homens, sendo que para elas representam impedimentos de acesso básico à cidadania, como direito à propriedade ou território, à participação econômica e, conseqüentemente, à autonomia.

A articulação entre o conceito de divisão sexual do trabalho e a teoria da autonomia crítica pode ser estabelecida graças à concepção dialética de Doyal e Gough (1991) sobre a capacidade de ação individual a partir da interação coletiva e das restrições normativas. A possibilidade de autonomia crítica pode ser informada pela compreensão das restrições que se desdobram pela divisão sexual do trabalho e oferece um caminho para visibilizar as estratégias empreendidas pelas mulheres

para a satisfação das necessidades básicas humanas, bem como para a sustentabilidade da vida humana. A teoria da autonomia crítica de Doyal e Gough (1991, 1994), como uma necessidade humana básica, recoloca em termos teóricos uma agenda histórica dos movimentos feministas, o que pode significar uma grande contribuição acadêmica e política para o tema.

Estas teorias de inspiração materialista mostram-se adequadas para a operacionalização do conceito de divisão sexual do trabalho por considerarem as relações sociais de gênero a partir das diferentes realidades vividas pelas mulheres no tempo e no espaço. Os princípios da divisão sexual do trabalho — separação (entre as esferas pública e privada da vida) e hierarquização (trabalho realizado pelos homens tem maior valor do que o trabalho realizado pelas mulheres) — organizam a estrutura das relações sociais de gênero (KERGOAT; HIRATA, 2007).

A autonomia crítica oferece às correntes feministas de inspiração materialista uma contribuição teórica essencial ao colocar a capacidade de escolha e de intervenção social como uma necessidade humana, ao contrário das teses majoritariamente difundidas de cunho liberal que a consideram apenas no campo subjetivo e individual. Outro ponto de contato entre o feminismo e a autonomia crítica diz respeito à plasticidade do conceito, não restrito ao econômico como expressão do monetário. A autonomia crítica comporta algumas dimensões que na economia feminista são consideradas na perspectiva de libertação para as mulheres, desde que informada e dotada de sentido de mudança social a partir do seu contexto.

7.4 Considerações finais

A divisão sexual do trabalho que sobrecarrega as mulheres com as atividades domésticas e de cuidados tende a se colocar como um fator de restrição à autonomia crítica das mulheres rurais na medida em que impede maior tempo dedicado por elas para a atuação em atividades produtivas.

A proposta de indicadores para a autonomia crítica que subsidiou este artigo mostrou-se parcialmente adequada à realidade das mulheres rurais. A divisão sexual do trabalho como um condicionante material e estrutural que incide sobre a vida das mulheres relaciona-se com as suas possibilidades de autonomia crítica. Incorporar indicadores construídos a partir da economia feminista permite evidenciar a incidência dos princípios de separação e hierarquia da divisão sexual do trabalho na vida das mulheres, o que oferece uma compreensão integral de sua realidade.

Como resultado desta breve análise são apresentados os seguintes componentes de indicadores complementares à autonomia crítica das mulheres rurais: trabalho doméstico e compartilhamento do uso do tempo; condições materiais: mobilidade, bens comuns e regime de propriedade do local de moradia; renda; e acesso a mercados.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, v. 28, n. 1,2 3 e 29, jan./dez. 1998 e jan./ago. 1999.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. Tradução: Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BEZERRA, Maria da Conceição Dantas Moura. *Desenvolvimento e autonomia das mulheres: uma avaliação do POPMR na região oeste potiguar 2008/2012*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

BUTTO, Andrea. Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (org.). *Autonomia e Cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

BUTTO, Andrea. *Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

CARRASCO, Cristina. La economía feminista: una apuesta por otra economía. In: JESÚS, Vara Maria. *Estudios sobre género y economía*. Madri: Akal, 2006.

DELGADO, Maria do Carmo Godinho. *Estrutura de governo e ação política feminista: a experiência do governo do PT na Prefeitura de São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DOYAL, Len; GOUGH, Ian. O direito à satisfação das necessidades. *Revista de Cultura e Política*, Lua Nova, n. 33, São Paulo, ago. 1994.

DOYAL, Len; GOUGH, Ian. *A theory of human need*. London: London Macmillan, 1991.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andrea (org.). *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009, p. 11-28.

GOMES JUNIOR, Newton Narciso. *Segurança alimentar e nutricional e necessidades humanas*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2015.

KERGOAT, Daniëlle; HIRATA, Helena. *Novas Configurações da divisão sexual do trabalho: Genre, Travail, Mobilités*, Centre National de la Recherche Scientifique. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, set./dez. 2007.

LEÓN, Magdalena. Neutralidad de género y políticas públicas en las reformas agrarias de América Latina. *Nómadas*, n. 24, Universidad Central, Colombia, 2006.

MELO, Hildete Pereira de; DI SABBATO, Alberto. Gênero e trabalho rural 1993/2006. In: *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. BUTTO, Andrea (org.). Brasília: MDA, 2009, p. 31-117.

MORENO, Renata Faleiros Camargo. *Além do que se vê: uma leitura das contribuições do feminismo para a economia*. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal do ABC, Santo André, 2013.

NOBRE, Miriam. Relações de gênero e agricultura familiar. In: NOBRE, M.; FARIA, N.; SILVEIRA, M. L. *Feminismo e luta das mulheres: análise e debates*. Sempreviva Organização Feminista, São Paulo, 2005.

PARDINA, Teresa López. Autonomia. In: AMOROS, Celia (org.). *10 palabras clave sobre mujer*. Ed. Verbo Divino: Pamplona, 1995, p. 151-188.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*, v. 5, n. 28, jan./fev. 1987.

PEREIRA, Potyara. Políticas públicas e necessidades humanas com enfoque de gênero. *Revista Sociedade em Debate*. Pelotas, v. 12, n. 1, p. 67-86, jun. 2006.

SCOTT, Joan. *Gender: a useful category of historical analyses*. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

TRAT, Josette. Friedrich Engels: da propriedade privada à sujeição das mulheres. In: *Gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*. CHABAUD-RYCHTER *et al.* Tradução Lineimar Pereira Martins. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

TEIXEIRA, Marilane. Sistema de Indicadores de gênero: instrumento para conhecer e reconhecer a experiência das mulheres. In: CARRASCO, Cristina. *Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres*. Tradução: José Valenzuela Perez. São Paulo, SOF Sempreviva Organização Feminista, 2012.

ZELIZER, Viviane. L'économie du care. *Revue Française de Socio-économie*, n. 2, p. 13-25, 2008.



Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

Reflexões sobre meio ambiente e desenvolvimento rural

Este livro é fruto de pesquisas realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) da Faculdade UnB Planaltina (FUP). Os 13 capítulos analisam o desenvolvimento rural brasileiro e seus impactos sobre o meio ambiente, estudando temas como financeirização, privatização e mercantilização da terra e natureza, especialmente conflitos territoriais envolvendo povos e comunidades tradicionais. Na contramão de processos de apropriação e expropriação, abordam a sociobiodiversidade do Cerrado, reconhecendo e valorizando produtos agroextrativistas e experiências de conservação. Analisam políticas públicas, discutindo conceitos e práticas com base na agroecologia e contribuições interdisciplinares e territoriais na integração e sinergia de políticas de desenvolvimento rural sustentável. As pesquisas tratam também da relação entre políticas de gênero e protagonismo das mulheres (suas reivindicações e lutas por autonomia, visibilidade e direitos), lançando olhares críticos sobre o sistema capitalista e patriarcal no campo. Esses olhares incluem, também, estudos sobre a juventude rural e a educação do campo como elementos fundamentais na construção do futuro e superação dos graves problemas ambientais e das desigualdades sociais e de gênero que assolam o campo brasileiro. As reflexões deste livro, para além de utopias, explicitam trabalhos engajados que, no cenário atual de rupturas, descontinuidades de políticas redistributivas e retrocessos sociopolíticos do país, vislumbram um campo menos desigual e mais sustentável.

Foto ao fundo:

Jardins da Reitoria/UnB.
Por Luis Gustavo Prado.



EDITORA

UnB

ISBN 978-65-5846-023-7



9 786558 460237